

VISÃO DA GUERRA E DA PAZ NA BÍBLIA HEBRAICA

Sergio Alberto Feldman – UTP

A Bíblia Hebraica não pode ser considerada como obra de um só autor, salvo sob a ótica de leituras fundamentalistas e / ou tradicionalistas que entendem o texto como sendo de autoria divina. Em nosso entender se trata de uma vasta obra coletiva que tem uma enorme diversidade de tempo e espaço, não podendo encontrar-se nela uma uniformidade de estilo, de linguagem e tampouco de ideologia. Ainda assim tentaremos realizar uma análise breve e simples, e tentar vislumbrar um eixo temático que unifique de maneira geral a visão bíblica da guerra e da paz. É conveniente admitirmos que se trata de um enfoque ou recorte interpretativo que apesar de se basear na tradição judaica, almeja fazer a partir desta, uma leitura histórica e crítica. Não utilizaremos da exegese cristã e faremos um uso limitado da judaica.

Faremos uso de poucas obras de referência, valendo ressaltar Mircea Eliade¹ e utilizaremos a concepção da Bíblia difundida em meados do séc. XX por Erich Fromm². Em ambas se faz uso de uma tentativa de interpretação que enfatiza, de formas diferentes, a simbologia da queda do Homem e da maneira como ele avança através da história na busca de um “Paraíso perdido”. O *Gan Éden* ou Jardim de Éden, não se perdeu no remoto passado, mas se trata de um projeto futuro, idealizado no passado. Uma simbólica busca de equilíbrio e de um mundo melhor, aonde voltariam a conviver de forma harmônica humanos e animais, sem violência e sem miséria. A guerra e a injustiça social são males que devem desaparecer no tempo messiânico, na concepção da Bíblia hebraica (denominada pelos judeus como *Tanach* e pelos cristãos como Antigo Testamento ou AT). Este ideal impregna o texto em várias de suas páginas, ainda que em alguns trechos haja discordâncias e contradições evidentes, fato que se deve a multiplicidade de autores, de tempos e espaços aonde se deu a redação do texto.

A guerra e a violência são descritas com um realismo pleno no texto bíblico. O primeiro conflito humano ocorre entre Caim e Abel e mostra simbolicamente a rivalidade entre irmãos: um nômade e um sedentário³. Assim a História começa a seu triste caminho de violência.

Em muitos trechos vemos descrita a imagem de um Deus tribal, guerreiro e hostil aos deuses vizinhos. Trata-se de um período aonde a concepção de Deus ainda não é universalista. Nesta vemos um conflito bastante agressivo, entre o Deus de Israel e outros deuses. Começa na luta entre Deus e o faraó e seus aliados (panteão egípcio). Um claro conflito entre o Deus de Israel e a poderosa monarquia faraônica, na qual o faraó encarna um deus, seja ele Hórus, Amon ou qualquer outro⁴. O enviado de Deus é Moisés, que trava uma luta com o Faraó-Deus usando do Nilo e da natureza egípcia (dez pragas) como elemento de combate. Este conflito segue sendo travado no livro de Josué e em outros livros. O Deus de Israel se coloca ao lado de seu povo e combate com toda a sua força. Graças ao Deus guerreiro caem as muralhas de Jericó⁵, o Sol e a Lua não se movem e permitem o extermínio do inimigo na batalha de Ayalon⁶. Em nada este Deus tribal ou da coligação das tribos difere dos deuses cananeus, egípcios ou mesopotâmicos. E isso pode ser percebido e ressaltado através do texto bíblico: está presente um modelo divino. Não se trata de um Deus espiritual e metafísico. O texto descreve um Deus rancoroso, vingador e cruel que determina a eterna vingança contra o inimigo amalekita e sugere seguidamente que este seja exterminado⁷. Esta postura pode ser encontrada em outros trechos, mas não se trata de inovação e sim se assemelha à visão corriqueira dos povos da antiguidade oriental: os deuses lutam por seus povos e por seus representantes no mundo dos humanos, os reis (divinos como o faraó ou divinamente protegidos, como tantos outros). Nesta fase da evolução teológica percebemos a presença divina no meio das tribos no deserto, nas batalhas e na conquista de Canã se faz através da Arca Sagrada. Acreditam que a mesma seja o “habitat” temporário de Deus, até que o rei Salomão construa seu templo Sagrado em Jerusalém. Assim o “Senhor dos Exércitos” é um deus conquistador e guerreiro. A sua postura não enfatiza a piedade ou misericórdia com os vencidos: em Jericó os habitantes são passados

a fio de espada⁸. As ordens de exterminar o inimigo são claras e breves. David é visto como o rei que consuma a conquista de Canaã e estabelece um vasto Império, com o apoio de Deus e com sua ajuda. A escolha da casa de David para libertar seu povo dos outros povos e de seus deuses se configura num pacto entre Deus e os descendentes de Jessé. Por outro lado Deus adverte que não deseja que David construa o Templo sagrado pois: “Tu tens derramado muito sangue, e tens dado muitas batalhas: tu não poderás edificar templo ao meu nome, depois de tanto sangue derramado na minha presença”⁹. Há uma contradição perceptível entre as idéias antigas e novas que se entrelaçam neste texto: o mesmo Deus que luta e manda destruir os inimigos é o Deus que almeja menos guerras e um tempo de paz. Essa transição aponta para uma tendência pacifista, que surge e se desenvolve a partir dos profetas. Trata-se apenas de um início tímido. Os livros de Samuel são elaborados sob a ótica da legitimação da dinastia davídica. Ainda assim em ambos se fazem críticas sutis a monarquia em alguns trechos¹⁰. Essas configuram novas visões e uma certa dose de nostalgia de um passado tribal aonde a liberdade e a justiça social eram maiores, não havendo um poder central coercivo e repressor. Nas suas entrelinhas se constroem novas visões, entre as quais a da guerra.

Dediquemos-nos a buscar esta outra vertente que inova e amplia os conceitos de guerra e de paz, trazendo uma concepção diferente das existentes nas diversas culturas e religiões.

Iniciemos pela Lei Mosaica (Torá ou Pentateuco). Se seguíssemos a tradição aceitaríamos que se trata de uma obra de um só autor. Mas não é difícil perceber e aceitar que o texto não oferece uma uniformidade de escrita, podendo ser dividido em diversas partes com diversas autorias. Segundo uma parcela razoável dos pesquisadores, o Deuteronômio foi escrito no período do Primeiro Templo, possivelmente por profetas e escribas contemporâneos ao profeta Jeremias, com participação do mesmo. O livro do Deuteronômio oferece uma relativa coerência na sua percepção da guerra e o início de uma visão diferente. O texto mostra uma acentuada preocupação com a persistência e a continuidade da guerra. Se as guerras ainda existem devem ser devidamente controladas e seus excessos devem ser contidos por regras e por uma

legislação “divina”, a fim de impedir a violência desnecessária. Parece uma ironia, pois havendo Dez Mandamentos, entre os quais se afirma “Não matarás”, como entender que a guerra seja permitida? Essa contradição, segundo o conjunto da obra bíblica, só se resolverá no Final dos Tempos. Por ora cabe controlar a realidade e o cotidiano de guerras e de destruição que permeavam e ainda permeiam o mundo real e impedem o mundo idealizado de se concretizar. Um dos mandamentos mais notáveis que conhecemos se refere à atitude do exército que cerca uma cidade, diante das árvores frutíferas. A lei proíbe que se corte de forma aleatória as árvores que circundem uma cidade sob sítio¹¹. Isso causa certa confusão e permite uma vastidão de interpretações. Na análise dos sábios judeus, se trata de uma ancestral das leis ecológicas: visa coibir a destruição da natureza e tenta controlar os efeitos da violência humana nos reinos vegetal e animal. Na concepção do rabino Shimshon Rafael Hirsh (séc. XIX), se trata de uma regra que alerta o soldado a não destruir de maneira indiscriminada. Numa guerra aonde se transgride o mandamento de não matar, se trata de uma maneira sutil de alertar para os excessos. Em outras leis deuteronômicas se vê um misto do usual com algumas inovações. Ainda se percebe que Deus luta junto com o povo: “..porque o Senhor vosso Deus está no meio de vós, e combaterá para vós contra vossos inimigos, para vos livrar do perigo”¹². Há regras da pilhagem e do extermínio que são pouco diferentes das de outros povos. O receio de contaminação idolátrica permeia todo o texto e justifica atitudes tais como o extermínio de populações que cultuem deuses diferentes e ídolos: “mas passa-lo-ás todos a fio de espada”...”para que não suceda que vos ensinem a cometer todas as abominações, que eles mesmos praticaram para com os seus deuses, e venhais a pecar contra o Senhor vosso Deus”¹³. Aqui prevalece o eixo principal da denominada Reforma Deuteronômica que visa centralizar o culto e controlar a idolatria. Para tal objetivo se concretizar deve se combater a idolatria e os ídólatras de todas as formas. Ainda assim o texto oferece mudanças de conceito.

Isso é parte da construção do monoteísmo: inicialmente são vistos os deuses de outros povos como menores e inferiores, e só futuramente se consolida a existência de um Deus único e

universal. Trata-se portanto de uma luta entre deuses e de combate e controle da contaminação pelos ídolos. Uma versão de guerra sagrada: portanto uma guerra com o apoio de Deus. Não há qualquer grau de pacifismo e de apoio divino à paz.

A guerra por vezes é vista em certos trechos como um instrumento divino para punir o povo que rompe o pacto e transgride a lei. Um dos livros que enfatizam este caráter “terapêutico” da guerra é o livro dos Juízes¹⁴. A idolatria e o culto dos deuses de fertilidade cananeus (*baalim* e *astarotes*), se configura como o pecado; e as invasões, domínios e ocupações de povos vizinhos ou locais são as punições ao povo de Israel que transgride o pacto. A guerra se torna assim um instrumento de Deus: os assírios que destroem Israel em 722 a.C. e os babilônios que cercam e destroem a cidade sagrada de Jerusalém em 586 a.C., se tornam meros joguetes de Deus, para punir seu povo e lhes dar uma lição “histórica”. Uma historiografia teleológica se constrói e configura um novo sentido à História. O retorno às origens e ao equilíbrio perdido, num futuro que se prenuncia. Os profetas anunciam que o mal virá do norte (Mesopotâmia): as invasões e a destruição dos reinos de Israel e de Judá, pois suas respectivas classes dominantes não seguem o pacto, servindo aos ídolos e sendo cruéis com as classes menos favorecidas. A Assíria se configura como o “instrumento de Deus” para punir os povos com a guerra e com a destruição. A conquista e o exílio dos diversos povos da região, e dos reinos de Israel e de Judá são arquitetadas por Deus, como forma de punição aos excessos e desvios, a miséria e a violência no seio das sociedades, à idolatria e a falta de aderência ao Pacto, no caso específico dos filhos de Israel. Outra versão de guerra na qual Deus tem participação e oferece apoio. Nas palavras de Amós, Isaías, Jeremias e muitos outros, trata-se de uma guerra no intuito de purificar e ensinar uma lição severa ao Povo Eleito, para nunca mais se desviar do Pacto, e da restrita observância da Lei Mosaica.

No contexto da narrativa bíblica há também a evolução do conceito do pacto de Deus com a dinastia ou casa de David. Inicialmente se constrói uma legitimidade dinástica: Deus escolhera e para sempre protegeria a casa de David. O símbolo deste pacto seria a unção dos monarcas

pelos sacerdotes ou profetas. O Ungido ou Messias era eleito e protegido por Deus, que o iluminaria e que lhe daria sanção divina (sacralização do cargo). A seqüência da narrativa oferece um novo panorama: o ungido (até então rei) deixa de ser o soberano de um povo, o qual salva e redime da destruição e do cativeiro. O ungido (Messias ou Cristo) passa a ser um personagem que surgiria num futuro idealizado e que redimiria a humanidade como um todo. De rei a Redentor. O Messias traria um novo tempo. Nesse tempo haveria uma nova ordem universal, na qual a paz e a justiça social seriam pilares fundamentais. As profecias são repletas de criatividade, de simbolismo e de idealização de um tempo sem guerras e sem violência. Há uma espécie de volta as origens: a queda do Homem do jardim de Éden lançara sobre o mesmo a necessidade de se confrontar com a natureza e com a necessidade de sobreviver por seus próprios meios. Surge agora uma nova harmonia entre o Homem e a natureza. Não sendo ameaçado pela natureza o Homem deixa de querer dominá-la. Ocorre uma unidade entre estes dois elementos. O Homem está a vontade no mundo natural e este se torna parte do mundo humano. Atinge-se a plenitude ou integração dos dois elementos. A palavra hebraica “shalom” que significa paz, deriva do radical “shalem” que significa plenitude ou integração. Seria o conceito de um mundo sem tensão ou confrontos. Nas palavras dos profetas acabariam as guerras e a violência, mas as figuras usadas fazem uso de animais e de elementos naturais:

“O lobo habitará com o cordeiro; e o leopardo se deitará ao pé do cabrito; o novilho e o leão e a ovelha viverão juntos, e um menino pequeno os conduzirá. O novilho e o urso irão comer às mesmas pastagens; as suas crias descansarão umas com as outras e o leão comerá palha como o boi; e a criança de peito brincará sobre a toca da áspide...”¹⁵. Em outro trecho clássico de Isaías, se declara que não se usarão e nem se construirão armas e as existentes serão convertidas em instrumentos de trabalho: “...das suas espadas forjarão relhas de arado, e das suas lanças foices”¹⁶. Há uma clara alusão ao um final dos Tempos, no qual se consolidaria um tempo de paz e justiça. Este seria o tempo messiânico, pelo qual através da História, tanto se lutou e tanto se sonhou. A ironia é que na luta pela paz universal, tanto sangue foi vertido, em

guerras santas, sejam elas cruzadas ou jihads. A reflexão deixa em aberto à análise, muitas facetas do tema da guerra e da paz no texto bíblico. Nossa intenção é apenas gerar debate e análise de um texto que serve para tanto preconceito e fundamentalismo, quando possui facetas humanistas tão sensíveis que deveriam servir para aproximar os seres humanos e minorar as diferenças entre eles.

¹ ELIADE, Mircea. **História das Crenças e das Idéias religiosas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, t. 1, v. 1, cap. VII.

² FROMM, Erich. **O Espírito da Liberdade**. 2. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

³ Gênesis, c.4. Clássica luta entre irmãos: há mais uma variedade de casos, tais como Jacó e Esaú, Ismael e Isaque.

⁴ GRALHA, Júlio. **Deuses, faraó e o poder: legitimidade e imagem do deus dinástico e do monarca no antigo Egito (1550-1070)**. Rio de Janeiro: Barroso, 2002. Há uma vasta obra de Ciro Flamarion Cardoso que analisa a temática sob diversas óticas. E outros autores como Jaime Pinsky (Primeiras Civilizações), descrevem a monarquia teocrática.

⁵ JOSUÉ, c. 6.

⁶ JOSUÉ, c. 10 (Batalha de *Guivon* ou Gabaão)

⁷ DEUTERONÔMIO, c. 25, v. 17 a 19. esta situação se repete com Saul no livro I Samuel, c. 15. Se trata de texto que gera polêmica e controvérsia. Os rabinos sabiamente entendem esta ordem como algo simbólico e não literal.

⁸ Josué, c. 6.

⁹ I Crônicas, c. 22, v. 7-8. Há uma menção semelhante mas menos detalhada em II Samuel, c. 7.

¹⁰ I Samuel, c. 8. o profeta adverte sobre os direitos do futuro rei e sobre os abusos do poder.

¹¹ DEUTERONÔMIO, c. 20

¹² Deuteronômio, c. 20, v. 4.

¹³ Deuteronômio, c. 20, v. 16-18.

¹⁴ JUÍZES, c. 2, vers. 10 a 23. Neste faz uma espécie de roteiro do livro, que alude as punições de Deus ao povo.

¹⁵ Isaías, c. 11, v. 6-8.

¹⁶ Isaías, c. 2, v. 3-4.